



COLÉGIO LUIZA DE MARILLAC

EXTERNATO POPULAR SÃO VICENTE DE PAULO

Rua Voluntários da Pátria, 1.653 - Santana - São Paulo - CEP: 02011-300

Tel/fax: 2226-6161 - www.marillac.g12.br - marillac@marillac.g12.br

Governos Militares (1964-1985)

• Governo Castello Branco (1964-1967)

Aparentemente, a revolta militar ocorrida no Brasil em 1964 no Brasil parecia ser igual a muitas outras ocorridas e que estavam ocorrendo na América Latina. Mas não foi assim. Depois de 1964, os militares sucederam-se na ocupação da presidência do Brasil.

Anos depois de assumirem o poder, os militares forjaram uma unidade militar na política, aliada a um rápido crescimento econômico, a um rígido controle de imprensa e do Congresso e a reformas moderadas.

O marechal Humberto de Alencar Castello Branco não tinha planos continuístas. Em princípio, pretendia “restabelecer a ordem” e logo entregar o poder aos civis. As coisas não saíram como planejado e os militares acabaram ficando no poder por 21 anos.

João Goulart ainda estava no Brasil, em Porto Alegre, quando o Congresso Nacional declarou vago o posto de Presidente do Brasil. O deputado Ranieri Mazzilli ocupou interinamente a presidência. Os militares, para ocuparem o poder fizeram um acordo com os partidos políticos, exceto o PTB, pelo qual ficou acertada a eleição indireta de Castello para a presidência da República. O General pô sua vez, comprometeu-se a efetuar eleições diretas em 1965.

Procurando agir de acordo com as diretrizes do grupo que o elevaram ao poder, Castello Branco adotou uma política externa que agradou aos EUA. Dissolveu as Ligas Camponesas, “congelou” a reforma agrária e revogou a legislação que feria os interesses das multinacionais, Lei de Remessas de Lucros.

Juscelino, Jango, e Jânio, ex-presidentes; seis governadores; 55 membros do Congresso e diversas outras pessoas foram cassadas e tiveram seus direitos políticos suspensos.

Por meio do **Ato Institucional nº2, AI-2**, os partidos foram extintos. Foi então que surgiram os dois únicos partidos legalizados, a Arena, Aliança Renovadora Nacional, da situação e o MDB, Movimento Democrático Brasileiro, de oposição.

Frustrando antigos aliados, como Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, Castello, por meio do mesmo AI-2, estabeleceu eleições indiretas para a Presidência da República. Para poder enfrentar a difícil situação política e econômica, Castello Branco, com o apoio das Forças Armadas, prorrogou o seu mandato até 15 de março de 1967.

No plano econômico, o ministro do Planejamento, Roberto Campos, apresentou o PAEG, Programa de Ação Econômica do Governo, que tinha cinco objetivos básicos:

- Acelerar o ritmo de desenvolvimento;
- Conter a inflação e conseguir o equilíbrio dos preços;
- Atenuar os desníveis regionais;
- Corrigir os déficits do balanço ao pagamento.

O PAEG teve certo êxito: diminuiu a inflação, recuperou a agricultura e reduziu o déficit orçamentário. Criou-se o FGTS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, no qual a empresa deposita uma quantidade referente a uma porcentagem do salário do empregado em conta bancária dele. Com o FGTS acabou a estabilidade do trabalhador no emprego, pois o

empresário pode demiti-lo sem justa causa, autorizando, dessa forma, a retirada do fundo existente no banco. Com o dinheiro do FGTS, foi criado o BNH, Banco Nacional de Habitação, para construir moradias para a população carente.

Os reajustes ao salário mínimo, não acompanharam a alta do custo de vida. Em 1965, o salário real sofreu uma queda de 15,3%; em 1966 de 15,6% e em 1967 de 5,6%. Com a Lei de Greve, de 1964, quase todas as greves passaram a ser ilegais. Enquanto em 1962 haviam ocorrido 162 greves e, em 1963, 302, em 1965, o número delas caiu para 25 e em 1966 para 15.

Com o golpe de 1964 a repressão cultural foi das mais intensas. A censura impedia que os meios de comunicação fizessem qualquer crítica ao regime. É verdade que, durante a gestão de Castello Branco, houve mais liberdade do que nos governos posteriores. O movimento estudantil foi reprimido e professores considerados progressistas foram demitidos. O movimento operário foi praticamente desmantelado, o mesmo ocorrendo com a organização dos trabalhadores rurais. O regime desencadeou uma grande operação de “caça às bruxas”. Livrarias, bibliotecas e casas de intelectuais foram “visitadas.” Nessas “visitas”, os livros que tratassem de socialismo, comunismo, reforma agrária entre outros assuntos, eram apreendidos.

A política externa brasileira, durante o governo de Castello Branco, alinhou-se favoravelmente aos EUA. O Brasil rompeu relações diplomáticas com a China e Cuba, além de enviar tropas à República Dominicana, onde os estadunidenses sufocavam uma revolução popular liderada pelo nacionalista Caamaño Deño. Em termos econômicos acreditava-se que esse alinhamento com os EUA favoreceria o Brasil, pois o mercado estadunidense absorveria nossos produtos. Acontece que, com a recessão mundial, os EUA, adotaram uma série de medidas protecionistas, ignorando sua política liberal econômica.

Logo depois do golpe de 1964, os oficiais vitoriosos estavam divididos em dois grupos: um conhecido como “Grupo da Sorbonne”, devido ao fato da Escola Superior de Guerra ser chamada de “Sorbonne da Urca”, cujo chefe era Castello Branco; e a linha dura, liderada pelo general Arthur da Costa e Silva.

O “Grupo da Sorbonne” pretendia extirpar a influência esquerdista, estabilizar a economia e, então, devolver o governo aos civis. Já os militares “linha-dura” tinham outros planos. Em 1967, o representante máximo da “linha-dura”, Costa e Silva, (1967-1969), foi eleito pelo Colégio Eleitoral, o Congresso, para ser presidente da República.

• **Governo Costa e Silva (1967-1969)**

Assim que foi empossado na Presidência, Costa e Silva passou a enfrentar sérios problemas. A agitação social e política intensificou-se. A oposição procurava se organizar. A Frente Ampla, unindo João Goulart, Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda, ganhava importância. Setores da classe média, que haviam apoiado o golpe de 1964, agora se bandeavam para a oposição. As greves voltavam a ocorrer, e os estudantes saíam às ruas clamando por democracia.

A repressão foi das mais violentas. O assassinato do menor Edson Luís, estudante secundarista, pela polícia militar, em 1968, no rio de Janeiro, a declaração de ilegalidade da Frente Ampla e a prisão dos membros da UNE que participaram do Congresso em Ibiúna, São Paulo, são exemplos do terror político que se instalara no país.

Nesse contexto Márcio Moreira Alves, deputado eleito pelo MDB, da Guanabara, proferiu um discurso no qual convidava a população a não comparecer ao desfile militar de 7 de setembro, e sugeriu que as mulheres brasileiras não namorassem oficiais comprometidos com o regime. A não concessão do Congresso Nacional, do pedido de licença do governo para processar o deputado apressou o advento do **Ato Institucional nº5, AI-5**, que concedia, ao presidente da República, enormes poderes para:

- Fechar o Congresso Nacional;
- Demitir, remover ou aposentar quaisquer funcionários;

- Suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer pessoa;
- Decretar estado de sítio;
- Julgar crimes políticos por tribunais militares.

Em termos econômicos, apesar do discurso dos economistas, servis à ditadura, a situação era das piores. É verdade que a inflação diminuía, mas à custa da diminuição do salário mínimo real. O trabalhador e a empresa nacional foram sacrificados.

Em agosto de 1969, gravemente enfermo, Costa e Silva afastou-se da Presidência da República. O natural seria que o vice-presidente, Pedro Aleixo assumisse, mas isso não ocorreu, pois uma junta militar, formada por Aurélio de Lyra Tavares, Márcio de Souza Mello e Augusto Hamann Rademaker Grunewald, arrebatou o poder. Impedindo a posse do vice-presidente. A 17 de outubro de 1969, foi baixada a Emenda Constitucional nº1, que alterava substancialmente a Constituição de 1967, legalizando o regime.

Logo após o golpe de 1964, alguns militares que foram perseguidos pelo novo regime passaram a se organizar, com o objetivo de deflagrar uma ação de guerrilhas. O fracasso da coluna, comandada pelo ex-coronel do Exército, Jefferson Cardim de Alencar Osório, e a prisão dos rebeldes do Caparão mostraram bem as dificuldades de se combater o regime militar.

Em 1968, com o endurecimento do regime, setores da esquerda brasileira optaram pela luta armada. O PCB, Partido Comunista Brasileiro, liderado por Luís Carlos Prestes, era contrário a esse tipo de luta. Surgiram várias organizações guerrilheiras: o MR-8, Movimento Revolucionário 8 de Outubro, em homenagem à data da queda de “Che” Guevara na Bolívia. A VPR, Vanguarda Popular Revolucionária; que se uniu à Colina, Comando de Libertação Nacional; formando a Vanguarda Armada Revolucionária, Var – Palmares; a ALN, Ação Libertadora Nacional; o PCBR, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, entre outras organizações menores.

Os diversos grupos realizaram assaltos à bancos para financiar a guerrilha e seqüestraram embaixadores, trocando-os por presos políticos. Apesar dessas ações ousadas o regime era suficientemente forte para liquidar essas organizações guerrilheiras. O assassinato de Carlos Marighella, em São Paulo, e, mais tarde, de Carlos Lamarca, um ex-capitão do exército, no interior da Bahia, desestabilizaram a guerrilha urbana.

O Partido Comunista do Brasil, uma dissidência do PCB, a divisão ocorreu em 1962, começou em 1969, a se preparar para desencadear um movimento guerrilheiro na região do Araguaia, sul do Pará e norte de Goiás.

Os guerrilheiros eram, na maioria, jovens da pequena burguesia e alguns antigos líderes comunistas, como: Ângelo Arroyo, Mauricio Grabois e João Amazonas. Assim que se estabeleceram na região passaram a exercer as mais diversas profissões: médicos, advogados, lavradores, enfermeiras. A maneira dedicada com que lutavam em favor da solução dos problemas do povo da região os tornou queridos pela população. Ao mesmo tempo em que desempenhavam esse trabalho social, os guerrilheiros treinavam na selva, absorvendo os conhecimentos indispensáveis para as futuras ações armadas. Após ter descoberto os planos dos guerrilheiros, o governo federal enviou cerca de dois mil homens para a região.

Aquartelados em Marabá e Xambioá, os militares passaram a torturar os habitantes da região para conseguir informações sobre os guerrilheiros do Araguaia. Isso fez com que o povo passasse a apoiar a guerrilha. Outra questão equivocada do governo foi enviar recrutas inexperientes para enfrentar os 69 guerrilheiros bem preparados. Profundos conhecedores da região, bem treinados e movidos por seus ideais, os guerrilheiros conseguiram derrotar duas campanhas do Exército, provocando pesadas baixas. Na terceira campanha, entre outubro de 1973 e janeiro de 1975, o exército usou soldados profissionais, especializados na luta antiguerrilha, conseguindo, dessa forma, aniquilar a resistência guerrilheira.

Na análise desse período fica claro que a luta armada contribuiu para que o regime justificasse a repressão. As “massas” festejavam a vitória da seleção brasileira na copa de 1970; vivia-se a época do “**milagre econômico**”, o sonho do Brasil Potência,, com obras faraônicas, e cerceamento de liberdades democráticas. O regime era bastante forte para liquidar os que se opunham à política oficial. Os assassinatos e as torturas foram a tônica dessa época.

- **Governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974)**

Eleito pelo Congresso Nacional, especialmente convocado para esta ocasião, o general Emílio Garrastazu Médici, ao assumir a Presidência da República, declarou:

“(…) que a plenitude do regime democrático é uma aspiração nacional. E para isso creio necessário consolidar e dignificar o sistema representativo baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem (…).”

Talvez nunca na história política do Brasil os partidos políticos tenham sido tão espezinhados e os direitos humanos, tão desrespeitados, o que não condiz com a fala do presidente em seu discurso de posse. O governo Médici foi também marcado pelo chamado “milagre econômico”. Graças à entrada maciça de investimentos estrangeiros e ao arrocho do salário da classe operária, aqueles que se encontravam no ápice da pirâmide social viveram momentos de euforia. A classe média estava sob uma ditadura, mas justificava tudo em face dos cruzeiros que eram pingados a mais em seus salários.

Acreditava-se na tese do Brasil Potência e, junto de uma bem sucedida campanha institucional, o governo bradava aos “descontentes”: “Brasil, ame-o ou deixe-o”. aliás, a estratégia de associar o crescimento do país ao regime foi tão persuasiva que até a vitória do Brasil na copa do mundo do México foi também uma vitória do regime militar.

Na administração Médici, publicou-se o PND, 1º Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico, que tinha as seguintes metas:

- Tornar o Brasil, em uma geração, uma nação desenvolvidas;
- Duplicar a renda per capita brasileira até 1980;
- Ampliar a economia com um crescimento anual de 8% a 10% do PIB, Produto Interno Bruto.

De fato, entre 1968 e 1971, o setor de bens duráveis, que atendia às faixas de maior poder aquisitivo, deu grandes saltos. A indústria automobilística aumentou 19,1%, a têxtil, 7,7% e a de eletrodomésticos, 13,9%. Apesar do extraordinário crescimento econômico, que colocava o Brasil entre as dez maiores potências econômicas do mundo, a sociedade civil vivia submetida ao jugo do autoritarismo, do terror psicológico, das prisões arbitrárias, dos seqüestros, confinamentos e assassinatos de presos políticos, dos “esquadrões da morte”, grupos de extermínios de presos comuns, dos grampeamentos telefônicos, dos torturadores que chegavam a requintes de crueldade como torturar crianças e mulheres apenas por serem filhos, esposas, mães ou irmãs de alguns “subversivos” enquadrados ou não na Lei de Segurança Nacional, de quem os torturadores pretendiam arrancar confissões.

A sociedade civil vivia amordaçada e mal-informada, já que a censura aos veículos de comunicação impedia que a imprensa em geral noticiasse os fatos, salvo aqueles permitidos oficialmente. Frise-se também o rigor da censura à literatura, ao cinema, ao teatro, shows, novelas.

Mais uma vez a realidade se contrapunha ao discurso de posse de Médici, uma vez que havia prometido instaurar a democracia no país. Quanto às reformas sociais, de prático Médici lançou apenas o dispendioso e fracassado projeto da Transamazônica, com o objetivo de povoar a selva com nordestinos miseráveis, criou o MOBRAL, e ampliou programas de seguro social.

A postura autoritária de Médici já se configurava quando ele era chefe do SNI, Serviço Nacional de Informação, e achava que o AI-5 fora necessário para combater e “deter o mal”, que para ele era a “subversão” e a “contra revolução”.

No seu governo a oposição foi literalmente calada e jogada na clandestinidade, graças à intensa e sistemática ação dos órgãos repressores como o Destacamento de Operações Internas e o Comando Operacional de Defesa Interna, **Doi-Codi** e a Operação Bandeirante, **Oban**, criada em São Paulo.

A Oban operava sob a ação conjunta entre polícia e oficiais da segurança das Forças Armadas e era financiada por grupos empresariais. Às forças repressoras se somava a ação de facções extremistas de direita como o **CCC**, Comando de Caça aos Comunistas e dos milhares de “dedos duros”, que agindo nas sombras, delatavam colegas de trabalho em escolas, faculdades, fábricas, repartições públicas, entidades de classes, jornais, televisões, rádio, cinema, teatro.

O auge do chamado “milagre econômico” aconteceu nos anos de 1972 e 1973, nesse último ano o PIB atingiu a marca dos 14%, período em que se intensificou o controle estatal sobre a economia, os ricos ficaram mais ricos, os pobres mais pobres e a dependência externa aumentou com o crescimento da dívida externa.

Em 1971, o governo efetuou a chamada Reforma do Ensino, o ensino de primeiro grau, correspondente da 1ª a 8ª séries passou a ser obrigatório a todos os brasileiros entre 7 e 14 anos. No segundo grau, foram criados diversos cursos técnicos. Uma das disciplinas mais prejudicadas foi História considerada como uma ciência perigosa, na medida em que leva o aluno a questionar o presente por meio do estudo do passado e a assumir posicionamentos críticos e conscientes. Para substituir essa disciplina “subversiva”, foi criado o curso de Estudos Sociais, uma fusão de História e Geografia.

- **Governo Ernesto Geisel (1974-1979)**

Eleito pelo Colégio Eleitoral, o general Ernesto Geisel assumiu a Presidência da República, num momento em que a crise econômica sepultava a crença no chamado “milagre econômico”. Uma de suas promessas era de uma “abertura lenta, gradual e segura”.

Os que defendiam o regime alegaram que a crise capitalista internacional, gerada pelo aumento dos preços do petróleo, foi responsável pelas quedas nas taxas de crescimento. É verdade que a crise internacional teve seu peso, porém não é menos verdade que a alteração da conjuntura evidenciou de forma clara a fragilidade do tão decantado “desenvolvimento” brasileiro.

A continuada aceleração inflacionária que tirou a inflação do estável patamar dos 15% a 20% anuais da época do “milagre econômico” atingindo o índice de 46% em 1976, somada ao problema do déficit da balança comercial, era um dilema sério que o governo Geisel tinha de enfrentar. O problema tornava-se mais agudo na medida em que era praticamente impossível conciliar o combate à inflação com o crescimento econômico, pois para combater ou estabilizar a inflação era necessário reduzir o crédito bancário, e isso provocaria naturalmente a desaceleração da economia.

Por isso mesmo a execução prática do II PND, criado no governo Geisel pelo ministro da fazenda, Mário Henrique Simonsen, foi lenta e hesitante. O II PND visava manter o índice de 10% ao ano e melhorar a distribuição de renda para evitar desgaste político. Isso exigiria um alto índice de investimentos e, para conseguir novos empréstimos, Geisel reduziu de 25% para 5% o imposto sobre a remessa de lucros para o exterior e aboliu o depósito obrigatório de 40% para os que conseguissem novos empréstimos. Geisel negava-se a pagar o alto preço social e político da recessão.

Com os novos empréstimos o governo Geisel conseguiu manter o crescimento econômico. Entretanto, o acelerador da inflação manteve-se em alta rotação e a balança de pagamentos continuou deficitária. O desequilíbrio entre as exportações e importações também exigia cuidados especiais. Era preciso equacionar o problema do petróleo. A solução encontrada foi o uso do álcool como combustível alternativo. Apesar dos esforços de Geisel, o presidente Figueiredo herdou uma inflação de

mais de 200% em 1983, e uma situação econômica que resultou na gigantesca recessão dos anos 1980. O regime militar, com esses equívocos econômicos aceleravam seu fim.

Nas eleições parlamentares de 1974, a Arena foi derrotada em quase todo o país, votando nos candidatos do MDB, a população brasileira externava seu descontentamento com a ditadura. A princípio, os militares aceitaram a derrota eleitoral, mas, em seguida, alteraram as regras do jogo. Embora continuasse minoria no Congresso Nacional em relação à Arena, o MDB ampliava sua área de influência junto ao eleitorado e começava a assumir o verdadeiro papel de partido de oposição. A mudança eleitoral era um recado aos generais de que significativas parcelas da sociedade estavam dispostas, pelo menos através das urnas, a contestar o autoritarismo militar. O resultado das eleições de 1974 não deixavam dúvidas sobre a impopularidade da Arena e, conseqüentemente, do regime, que tomava consciência de que a Arena não mais teria condições de vencer eleições verdadeiramente livres.

A repressão continuava atuante. Em 1975, nas dependências do Dóí-Codi de São Paulo, foi assassinado o jornalista Vladimir Herzog. Em janeiro do ano seguinte, foi a vez do metalúrgico Manoel Fiel Filho. Em dezembro, as forças repressivas invadiram uma casa no bairro da Lapa, em São Paulo, onde estavam reunidos dirigentes do Partido Comunista do Brasil, matando Pero Pomar e Ângelo Aroyo. João Batista Franco Dumont teria sido “atropelado tentando fugir”. Como se vê, a política de distensão do general Geisel tinha lá suas limitações.

Além de novas cassações de mandatos o governo aprovou a **Lei Falcão** e decretou o chamado **Pacote de Abril**, em 1977, que eram emendas à Constituição uma vez que os militares estavam percebendo que o governo perderia as eleições do ano seguinte. Geisel fechou o Congresso Nacional para poder fazer, mais facilmente, essas mudanças, que, dentre outros, institucionalizou a figura do senador biônico, nomeado pelo governo em vez de eleito, para, com isso, garantir a maioria do governo no Senado Federal.

Nesses anos difíceis, a Igreja Católica, por meio da CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e de outras organizações, tomou parte na resistência civil contra a ditadura.

Em 1978, o movimento sindical, reprimido no período pós-64, voltava a se manifestar. Na região do ABC paulista, eclodiram greves lideradas, por entre outros Luiz Inácio da Silva, Lula. Nesse ano, começaram a proliferar no país os Comitês Brasileiros pela Anistia. Sopravam os ventos de mudança no Brasil.

Um dos problemas mais sérios enfrentados por Geisel foi o de sua sucessão. Já em fins de 1977 muitos oficiais e políticos da linha dura articulavam a candidatura do ministro da Guerra, o general Sílvio Frota. Essa articulação se chocava com o presidente Geisel, que já havia escolhido para seu sucessor o então chefe do SNI, general João Baptista Figueiredo. A reação dos “frotistas” levou o presidente a demonstrar, mais uma vez, seu poder pessoa, demitindo o ministro Sílvio Frota.

O MDB resolveu então concorrer às eleições, apresentando a candidatura do general Euler Bentes. Em 14 de outubro de 1978 o general João Baptista Figueiredo e o civil Aureliano Chaves foram eleitos presidente e vice, por um Colégio Eleitoral, composto pelo Congresso Nacional e representantes das Assembléias Legislativas estaduais e das Câmaras Municipais.

Nas eleições parlamentares ocorridas em novembro, apesar do MDB ter conseguido a maioria dos votos, a Arena continuou sendo partido majoritário no Congresso graças ao Pacote de Abril e à escolha dos senadores biônicos. Mais uma vez a população mostrava seu descontentamento com o regime militar através do voto. Em 31 de dezembro de 1978 o AI-5 foi extinto. A abertura política ampliava seus espaços, contudo a redemocratização ainda estava muito longe.

- **Governo João Baptista Figueiredo (1979-1985)**

Eleito Figueiredo, em seu discurso de posse, se comprometeu a continuar o processo de redemocratização dizendo: “reafirmo meu inabalável propósito de fazer deste país uma democracia (...) e de garantir a cada trabalhador a remuneração justa.” Crescia a esperança de que o general cumprisse sua promessa e completasse a abertura iniciada por Geisel.

Os grupos encastelados no poder, entretanto, temiam uma abertura efetiva. Enquanto isso, a sociedade inquieta, exigia mudanças. Em 1979 veio a anistia, mas não para todos; mesmo assim, foi um avanço, pois significou a possibilidade de retorno de milhares de exilados ao país. É importante salientar que a anistia foi, antes de tudo, uma conquista das lutas reivindicatórias de massa, reflexo, também, da crise econômica, a anistia restabelecia os direitos políticos dos exilados, permitia sua volta ao país e os reintegrava à sociedade, sendo, sem dúvida, um ato político que reforçou o processo de redemocratização.

Com o passar dos meses verificou-se que não haveria melhora nos salários, o poder de compra dos trabalhadores estava reduzido, o que acabou levando a eclosão de inúmeras greves, com destaque especial às greves do ABC, mencionadas anteriormente. Nas greves do ABC mais de 160 mil trabalhadores cruzaram os braços até que houvesse uma negociação salarial.

As greves eram um desafio frontal ao governo do novo presidente. Segundo as leis do Ministério do Trabalho greve era um ato ilegal. O governo reagiu intervindo no sindicato de São Bernardo, afastando Lula e outros dirigentes sindicais, e após 15 dias de greves a polícia de São Paulo as reprimiu com violência, prendendo mais de duzentos grevistas.

Apesar da repressão policial, os metalúrgicos do ABC permaneceram em greve até fins de abril. Finalmente os metalúrgicos negociaram diretamente com os empregadores. Essa negociação direta entre trabalhadores e empresários contrariava a norma instituída de que a política salarial era da exclusiva competência do governo. O acordo resultou também na volta às suas funções dos dirigentes sindicais que haviam sido expurgados.

As greves dos metalúrgicos do ABC não foram as únicas, já que em 1979 explodiram em todo o país aproximadamente quatrocentas greves de professores, garis, empregados na construção civil, motoristas de ônibus, portuários, bancários.

Ainda em 1979 o governo decretou uma reforma partidária, que resultou na extinção da Arena e do MDB no retorno ao pluripartidarismo. Como a Arena vinha perdendo força nas eleições era preciso encontrar um meio de evitar que a oposição chegasse ao poder, pois afinal a abertura não fora feita para isso, mas para garantir a perpetuação do governo militar. Na cabeça dos idealizadores do pluripartidarismo, a existência de múltiplos partidos enfraqueceria a oposição e consequentemente fortaleceria o novo partido do governo. O novo quadro partidário passou a ser formado por seis partidos políticos:

PDS: Partido Democrático Social, formado por membros da antiga Arena, o PDS era um partido de centro-direita;

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro, era uma frente ampla que lutava pela redemocratização do país;

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB do início dos anos 1980 nada tinha do PTB de Vargas e Jango, pois, em troca de alguns cargos apoiou Figueiredo;

PP: Partido Popular, apesar do nome tinha pouco de popular. Era um partido moderado que fazia algumas críticas à ditadura;

PDT: Partido Democrático Brasileiro, liderado por Leonel Brizola, o PDT passou a ser uma opção para aqueles que lutavam pelo socialismo democrático;

PT: Partido dos Trabalhadores, com base sólidas em São Paulo, o PT nasceu com muita força junto aos trabalhadores urbanos e setores da intelectualidade e dos setores progressistas da Igreja Católica.

Visando assegurar a vitória do PDS nas eleições de 1982 o governo Figueiredo garantiu, através da reforma eleitoral, dentre outras medidas:

- Estabeleceu o voto vinculado, só seria válido o voto dado a todos os candidatos do mesmo partido;

Proibia as coligações partidárias, diante dessa situação política, o PP incorporou-se ao PMDB.

Em 1980 Figueiredo decretou o restabelecimento das eleições diretas para governadores de Estado. As medidas redemocratizantes de Figueiredo como, por exemplo, a anistia e o restabelecimento das eleições diretas para o governador provocaram a irada reação da direita reacionária civil e militar. O reacionários reiniciaram o terrorismo urbano numa clara intenção de brechar a redemocratização. Começaram por incendiar bancas de jornais que vendiam publicações consideradas subversivas. Não contentes partiram para atentados a bombas e foram responsáveis pelo seqüestro e espancamento do jurista Dalmo Dalari em São Paulo. Duas bombas, uma na sede da OAB e outra na sala de um vereador do PMDB na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, resultaram na morte de uma pessoa e sérios ferimentos em outras seis.

Na noite de 30 de abril de 1981 ocorreu o pior atentado a bomba de extrema direita. Num local de diversões no Rio de Janeiro, o Riocentro, aproximadamente vinte mil pessoas assistiam a um show musical comemorativo ao 1º de maio, promovido por uma entidade esquerdista, quando uma bomba explodiu em um carro em que se encontravam um capitão e um sargento do Exército. A explosão matou o sargento e feriu gravemente o capitão.

Apesar da evidência de que os militares ali estavam para executar o atentado contra o show e o público, além de já terem colocado outra bomba na casa de força, que explodiu sem causar danos, o Exército, através de comunicados negou a participação de ambos no caso. Em princípio parecia que o caso ficaria sem solução e que os envolvidos seriam libertados, entretanto, os militares pró-abertura forçaram o processo e, a abertura política, que sofria sérios riscos, foi mantida, e ainda ganhou reforço com o caso, pois os políticos de esquerda denunciavam a linha dura de alguns membros do exército que queriam dar continuidade aos governos militares.

A oposição acabou vencendo as eleições de 1982 nos principais Estados do país como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, e, se houvesse alguma dúvida da vontade do povo de que o governo voltasse a ser democrático e governado por civis, essas eleições acabaram por sepultar esse desejo.

- **Campanha Diretas-Já**

O governo Figueiredo conheceu uma grande recessão. Apesar de o então ministro da Fazenda, Delfim Neto e seu III PND terem feito renascer na sociedade a esperança de recuperação econômica, o sonho de um novo “milagre” desvaneceu-se. O desmoronar das expectativas sociais por melhores dias teve efeitos políticos drásticos para aqueles que pretendiam o continuísmo militar. As classes trabalhadoras urbanas, notadamente as dos centros mais desenvolvidos, vinham de há muito usando o voto para demonstrar seu descontentamento com o regime, elegendo candidatos de oposição. As eleições de 1982 atestam plenamente esse fato, pois a oposição, além de eleger os governadores dos grandes Estados, conseguiu a maioria na Câmara Federal.

Em 1983 teve início uma campanha das **Diretas-Já**. Em março daquele ano um deputado federal mato-grossense, Dante de Oliveira, apresentou ao Congresso uma Emenda Constitucional que visava o restabelecimento das eleições diretas para presidência e vice em 1985. Enquanto a **Emenda Dante de Oliveira** tramitava pelo Congresso, a campanha ganhou as ruas inicialmente sob a direção nacional do PMDB, com comícios que, a princípio acanhados, conseguiram reunir em abril de 1984 mais de 500 mil pessoas na Candelária, no Rio de Janeiro, e mais de um milhão no Anhangabaú, em São Paulo.

Várias figuras políticas, líderes de partidos de oposição como Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Tancredo Neves, Franco Montoro, Leonel Brizola, Luís Inácio da Silva, tornaram-se presenças obrigatórias nesses comícios.

A sociedade se empolgava e entusiasticamente aplaudia a campanha. Tudo fazia crer que as eleições seriam diretas. Contudo, a emenda não conseguiu alcançar os 2/3 dos votos necessários para a sua aprovação e foi rejeitada por 22 votos. Apesar disso o regime militar exalava seus últimos suspiros. Na convenção do PDS, partido da situação, que deveria

escolher o sucessor do presidente, o candidato apoiado por Figueiredo, o coronel Mário Andreazza, foi derrotado por Paulo Maluf.

O PMDB apresentava, por sua vez, a candidatura de Tancredo Neves, e formava com o PFL, Partido da Frente Liberal, a chamada **Aliança Democrática**. O candidato a vice na chapa de Tancredo era José Sarney, ex-udenista, ex-presidente do PDS, do qual se tornou dissidente e tornou-se membro da Aliança Democrática.

Nas eleições indiretas ocorridas em 15 de janeiro de 1985, foram eleitos pelo Colégio Eleitoral, Tancredo Neves e José Sarney. Naquele momento fazia-se a transição, sem trauma, do poder militar para o civil.

Nova República

O destino acabou impondo ao Brasil a situação de ver, o primeiro presidente civil, eleito de forma indireta, depois de 21 anos de governos militares, não tomasse posse. Com 75 anos de idade e com problemas intestinais graves, Tancredo Neves acabou adiando intervenções cirúrgicas, bem como evitou diminuir o ritmo de trabalho no período pós eleição. Certo de que seu internamento em um hospital antes da posse geraria uma crise política, já que fora informado de que o governo Figueiredo e descontentes da linha dura poderiam usar seu afastamento para não transmitir o poder ao vice, José Sarney, Tancredo resistia. Entretanto, na véspera da posse foi internado no Hospital de Base, em Brasília, onde foi submetido a várias cirurgias, e dias depois foi transferido para o Incor, em São Paulo.

O fato por si só era assustador, pois colocava em perigo a ordem institucional. Quem deveria tomar posse? O vice-presidente, José Sarney ou o presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães? A constituição determinava que na impossibilidade do presidente assumir o vice deveria tomar seu lugar, mas o presidente não havia sido empossado. Depois de muita tensão, muitas dúvidas, Ulysses encabeçou um movimento que pedia a posse de Sarney.

Os dias que se seguiram foram de muito desespero, pois as notícias sobre Tancredo eram de que a cada dia ele se submetia a mais cirurgias. O clima era de desesperança pois poucos eram aqueles que acreditavam que José Sarney, o homem que durante anos representaram a ditadura militar, viesse a atender as expectativas sociais. O grande golpe na esperança popular foi dado em 21 de abril de 1985, com o anúncio da morte de Tancredo. As dúvidas que apareceram queriam a resposta para saber se Sarney estaria apto para superar a crise socioeconômica e dar curso à redemocratização. Teria ele condições de resolver as questões salariais, fazer reforma agrária. O salário seria reajustado? A distribuição de renda seria melhorada? As dúvidas teriam respostas nos anos que se seguiriam, com o primeiro dos governos do período chamado de Nova República.